

A AGENDA DE ESTADO MÍNIMO E O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: EXPRESSÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

THE MINIMUM STATE AGENDA AND THE ADVANCE OF EXTREME RIGHT IN BRAZIL:
EXPRESSIONS IN HIGHER EDUCATION.

LA AGENDA MÍNIMA DEL ESTADO Y EL AVANCE DE LA EXTREMA DERECHA EN BRASIL:
EXPRESIONES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR.

Cezar Luiz De Mari¹
Lara Carlette Thiengo²
Savana Diniz Gomes Melo³
Apoio Financeiro CAPES⁴

RESUMO

Neste artigo temos como objetivo discutir o avanço da extrema direita no poder fundamentada pelo ideário conservador, e suas expressões na educação superior brasileira. Em termos metodológicos, focamos nas produções do legislativo, para demonstrar que há continuidade e convergência do aprofundamento das reformas para a educação superior pública conforme a ideologia do Estado mínimo. Esta perspectiva delinea-se desde a década de 1990 sendo acentuada nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atual). A perspectiva da filosofia da práxis gramsciana serviu de base para as análises, compartilhada também por outros estudiosos do campo crítico.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Extrema Direita. Conservadorismo.

ABSTRACT

In this article we aim to discuss the advance of the extreme right in power based on conservative ideas, and their expressions in Brazilian higher education. In methodological terms, we focus on legislative outputs, to demonstrate that there is continuity and convergence in the deepening of reforms for public higher education in line with the ideology of the minimal state. This perspective has been outlined since the 1990s, being accentuated in the governments of Michel Temer (2016-2018) and Jair Bolsonaro (2019-current). The perspective of the philosophy of Gramscian praxis served as a basis for the analyzes, also shared by other researchers in the critical field.

KEY-WORDS: College Education. Extreme Right. Conservatism.

RESUMEN

En este artículo pretendemos discutir el avance de la extrema derecha en el poder basado en ideas conservadoras y sus expresiones en la educación superior brasileña. En términos metodológicos, nos enfocamos en los resultados legislativos, para demostrar que hay continuidad y convergencia en la profundización de las reformas para la educación superior pública en línea con la ideología del estado

mínimo. Esta perspectiva se ha esbozado desde la década de 1990, acentuándose en los gobiernos de Michel Temer (2016-2018) y Jair Bolsonaro (2019-actual). La perspectiva de la filosofía de la praxis gramsciana sirvió de base para los análisis, también compartidos por otros académicos en el campo crítico.

PALAVRAS CLAVE: Educación universitaria. Derecha extremal. Conservatismo

INTRODUÇÃO

Na tentativa de melhor expressar as ideias fundamentadas pelo atual governo em relação à universidade, reproduzimos um dos ‘posts’ em rede social feito pela representação retórica mais expressiva do pensamento que está no poder - Olavo de Carvalho -, conforme nos informa Giolo (2020, p. 31): “Universidades, no Brasil, são, em primeiro lugar, pontos de distribuição de drogas. Em segundo, locais de suruba. A propaganda comunopetista fica só em terceiro lugar”. Tais afirmações não foram/são acompanhadas de qualquer tipo de comprovação apesar da completa desconexão com a realidade.

Foi/vai sendo difundida uma imagem imprópria, onerosa e desqualificada das universidades públicas, o que tende a desdobra-se na consciência dos diversos grupos sociais como espaço estranho e desvirtuado de investimento público. A escolha discursiva do atual governo funciona como estratégia na busca de uma consciência convergente da ideologia dominante com as crenças populares. Poderíamos aproximá-los da ideia um certo senso comum, como “folclore da filosofia” (GRAMSCI, 1975, Q 1, § 65, p. 76)⁵, e também da “moral de um ‘povo’ do ‘sentido comum’” ou seja, aquelas ideias que consolidariam uma concepção de mundo mesmo que de modo fragmentário e limitado (GRAMSCI, 1975, Q 3, § 47, p. 327).

Soma-se ao contexto de ofensiva às universidades públicas, o ataque à ciência, o questionamento sobre a importância da universidade para o desenvolvimento econômico e social e a desqualificação dos serviços públicos no seu amplo aspecto. Com a condução de uma pretensa “guerra cultural” o governo busca dar forma à ideologia do estado mínimo de um lado, e de outro no campo cultural para o consenso em relação as perdas de direitos. Ideologia aqui tem o sentido posto por Gramsci não como sobreposições mecânicas “mas historicamente como luta incessante” (1975, Q 3, § 56, p. 337).

Ao tratarmos desse projeto que Leher denomina de ultraneoliberal, as facetas culturais e econômicas caminham juntas

a ofensiva da ‘Guerra Cultural’ não é motivada apenas pelas cruzadas morais ou, distintamente, pela ratio econômica, como a realidade parece sugerir, em virtude do brutal corte de verbas para as Federais: política e economia são indissociáveis neste projeto, engendrando uma realidade que ultrapassa cada uma destas dimensões, pois totalizante. (LEHER, 2020, p. 109)

Ao observar um plano geral de contrarreformas da educação no cenário nacional, observamos o congelamento dos gastos públicos com a Emenda Constitucional 95 (2016), a terceirização ampliada para todos os setores, a destruição das leis trabalhistas e da previdência social, as mudanças no ensino médio (2017), o Programa Escola sem Partido, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), dentre outras medidas. Medidas gestadas no âmbito do executivo e do legislativo e que assumem um caráter de confisco das classes dominantes ao conjunto dos parques e limitados direitos conquistados pela classe trabalhadora. ‘Coroa’ este cenário o lançamento do *Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - FUTURE-SE*, no segundo semestre de 2019⁶.

Considerando o exposto, nosso objetivo com este artigo é discutir o avanço da extrema direita e suas expressões na educação superior brasileira. Demos foco às produções discursivas vindas do legislativo, incorporando as demais fontes teóricas conforme necessárias, para demonstrar que há convergência dos argumentos sobre o aprofundamento das reformas da educação superior, desde a década de 1990, com repercussão nas casas legislativas. Ou seja, os discursos se apresentam como ideologias (orgânicas ou heteróclitas) capazes de gerar e sustentar movimentos e posições políticas. Vale aqui retomar a advertência de Gramsci sobre a importância das ideologias “Para lembrar a afirmação frequente de Marx da ‘solidez das crenças populares’ [...] porque forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem forma, e as ideologias seriam ilusões individuais sem forças materiais. (GRAMSCI, 1975, Q 7, § 21, p. 869).

De outro lado, a ideologia veiculada pela extrema direita, no caso brasileiro, é um sinalizador da debilidade/fraqueza dos grupos dominantes por recorrerem à retórica normalmente acompanhada de ações violentas, racistas, misóginas, antidemocrática, dentre outras. Essas debilidades se manifestam nas resistências para unificação encontradas nos grupos internos liberais conservadores, afeitos a uma certa “plástica” no modo de operar politicamente. As resistências destes grupos à determinadas ideologias, mesmo que limitadas, se sustentam em preceitos liberais burgueses dentre os quais o da democracia. De outro lado esses mesmos grupos aprofundam a pauta conservadora de redução dos direitos sociais e do enfraquecimento dos processos organizativos e sociais.

AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E DO CONSERVADORISMO

A crise atual e suas consequências no campo político e social não são facilmente definíveis por categorias e leituras históricas anteriores, por isso tomamos o conceito de extrema direita como uma acepção geral para compreender a natureza multifacetada do bolsonarismo. Acompanhamos Romano (2019), Cêpeda (2018), Kaltwasser (2018; 2019), Lowy (2015) e Sader (1995) no entendimento de que há uma variedade de denominações de direita, composta por diferentes correntes, com muitas especificidades e singularidades. De forma mais ampla, é possível identificar o fenômeno da ascensão

atual da direita como o campo onde podem caber/couberam muitas vertentes políticas e que se orientam pelo reconhecimento da desigualdade como ordem natural, nos questionamentos aos modelos políticos e às funções e aos papéis das instituições e do Estado vigentes.

A extrema direita brasileira é também reflexo de uma onda mundial e se representa por partidos políticos e movimentos independentes com posicionamentos geralmente relacionados à exaltação da nacionalidade e a um puritanismo étnico e cultural (KALTWASSER, 2018; 2019). Politicamente matizam a desigualdade como uma espécie de motor para o progresso, tendo a organização e a segurança como valores centrais. Da mesma forma o conservadorismo moral busca reagir às pautas contemporâneas associadas aos direitos das minorias (mulheres, homossexuais, imigrantes e outros grupos que demandam políticas sociais).

Ainda cabe assinalar o que vem sendo denominado “nova direita”. Para BERLANZA (2017: p. 243 apud CÊPEDA, 2018, p. 93) trata-se de um rótulo para denominar um movimento plural:

No caso brasileiro esse movimento aglutinaria: entusiastas do regime militar, que desejariam uma ação pela força para destroçar o atual estado de coisas; há conservadores que se moldam a um viés mais “continental” europeu, preferindo roupagem mais “religiosa”; há os que defendem o retorno da monarquia; os que defendem mais e menos Estado (...) os “libertários”, que pregam a privatização de tudo quanto possam e, em um ponto extremo, chegam ao anarco-capitalismo.

Já Cêpeda apresenta as hipóteses para compreensão do protagonismo recentemente assumido pelos intelectuais da “nova direita” no país:

Seriam elas: 1. coerência com o cenário internacional, entendendo a nova direita enquanto um fenômeno mundial; 2. o distanciamento do momento epocal da ditadura, que oblitera e distorce a percepção clara sobre os riscos e vícios do autoritarismo implantado a partir de 1964 (da mesma maneira que, creio eu, há toda uma geração que não conviveu sequer com o processo de redemocratização, possuindo uma experiência acomodada nos limites protetores de um Estado de Direito); 3. as mudanças tecnológicas e funcionais da indústria cultural (que penso possibilitou a expansão rápida do padrão de guerra híbrida); 4. a criação de *locus* institucionalizados para produção e difusão do pensamento liberal ou de direita; 5. a emergência de governos de esquerda no país, incluindo seus sucessos e fracassos, capazes de geração de polarização; e 6. a crise do sistema partidário (e que podemos estender para a crise do padrão de representação democrática e o surgimento de manifestações homofóbicas e do ódio à democracia). (CÊPEDA, 2018, p. 41).

De todas as variações algumas indicam traços do que poderíamos, com todas as aspas chamar de “cesarismo negativo” (GRAMSCI, 1975, Q 8, §, 133, p. 1194), especialmente aquelas que buscam a relação direta entre o soberano e o povo,

acompanhados de soluções arbitrárias, especialmente em relação às instituições e a outros movimentos democráticos.

O pensamento conservador também possui várias vertentes, elaboradas por diferentes filósofos e estudiosos ao longo da história e se assenta basicamente em três princípios: tradicionalismo, organicismo e o ceticismo⁷. O conservadorismo nasce pois com a percepção de organicidade histórica, isto é, que existe uma sabedoria coletiva que se expressa na história pela tradição, instituições, valores, leis e que é preciso conservá-la para a manutenção das sociedades futuras. Assim, a sociedade é compreendida como um organismo complexo e sólido, o que torna o pensamento conservador cético em relação a possibilidade de grandes mudanças e até mesmo da necessidade delas.

Importa destacar que o pensamento conservador faz parte de um processo histórico movido por um conjunto de determinações estruturais e conjunturais, por fatores socioeconômicos, político-culturais e pela dinâmica da luta de classes. Neste mesmo sentido, Lowy (2015, p. 624) afirma que:

Em sua função ideológica, o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes - no caso brasileiro -, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo. Sua difusão é facilitada pela reificação, que, no capitalismo tardio, invade todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações, e pelo irracionalismo, que dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências.

Ainda para o autor “o irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social, exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo” (LOWY, 2015, p. 624). Tal apologia materializa-se no combate o Estado social, na ampliação das privatização dos serviços públicos e na delegação ao Estado das função de reprimir quaisquer formas de contestações.

Também as interpretações moralistas desempenham uma função central no ideário conservador, uma vez que levam ao entendimento de que as crises sociais são desdobramentos de uma desagregação moral. A ofensiva conservadora atinge diferentes dimensões da realidade, sendo especialmente difundida pelos meios de comunicação, religiões e, em muitos casos, nas próprias universidades.

As universidades no contexto atual, apesar do peso de sua tradição no campo científico, também têm desenvolvido e promovido determinados irracionalismos ancorados, dentre outros, nas retóricas do dogmatismo, do pensamento pós-moderno, do tecnocientificismo, e do neo-positivismo. Todas essas tendências que podemos qualificar

de (neo) conservadoras contribuem para “o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades, facilitando a transferência dos conflitos para o imaginário, fortalecendo a resignação e o pessimismo em face da realidade”. (BARROCO, 2015, p. 633). As críticas normalmente passam a impressão de que o conhecimento científico é ‘neutro’. Isto é: “Sob uma pretensa ausência ideológica – embora carregado de ideologia unicamente pelo motivo de que ela não transforma, mas conserva” (IASI, 2015).

Também nas universidades percebemos o avanço de movimentos de extrema direita, que se autoproclamam “conservadores e liberais”. Um exemplo é o “Docentes pela Liberdade” (DPL)⁸, associação inaugurada em 13 de maio de 2019, identificada como um grupo apartidário, formado por docentes e profissionais de diversas áreas, cujo interesse é recuperar a qualidade da educação no Brasil, romper com a hegemonia da esquerda e combater a perseguição ideológica. De acordo com a página oficial do grupo na internet, suas metas são:

- 1 - Revisão da grade curricular, enfatizando a demanda do mercado, o auto pertencimento e a prosperidade dos indivíduos;
- 2 - Desconstrução das metanarrativas de esquerda. Isso significa elaborar materiais didáticos menos ideológicos e mais condizentes com a realidade;
- 3 - Ampliação das vias de financiamento privado para Pesquisas e Desenvolvimento no âmbito da academia;
- 4 - Reaproximação da academia com as reais necessidades nacionais. As Universidades existem para servir à sociedade e não o contrário

Em entrevista à Folha de S. Paulo (2019), o criador da associação, Marcelo Hermes Lima, que é biólogo e professor da Universidade de Brasília (UNB) afirmou que o grupo nasce do incômodo com a ‘hegemonia ideológica de esquerda’, principalmente nas áreas de humanas. Para Hermes Lima “Diversos docentes mais próximos ideologicamente da direita e que apoiam o atual governo relatam que são alvo de piadas e de fofocas ou mesmo de ataques por parte de colegas e de alunos.” (ALVES, 2019, arquivo digital). Sobre as políticas de educação superior ele ainda afirma que o Brasil “emprega mal os recursos destinados à ciência ao dividir o bolo com quem não teria condições de produzir uma boa pesquisa” (ALVES, 2019, arquivo digital), referindo-se às ciências básicas e humanas. O resultado disso é, de acordo com ele, uma produção qualitativamente ruim, o que ele atribui às falhas dos governos petistas o que demonstraram uma posição utilitarista e estreita de ciência e de universidade.

Entre os estudantes também se faz presente o avanço de grupos que transitam da direita tradicional à extrema direita. Instituições como Universidade de São Paulo (USP), de Campinas (Unicamp), Federal do Paraná (UFPR) e Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Alfenas (Unifal) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL) já contam com grupos organizados de estudantes com posições declaradamente à direita. Foi possível observar que esses movimentos já existiam, ainda que no ‘ostracismo’ e com

o impedimento/golpe de Dilma Roussef e a eleição do atual presidente fizeram com que os mesmos ganhassem força e visibilidade⁹.

Do nosso ponto de vista, os fenômenos atuais a despeito do conjunto de interpretações, expressos na onda de extrema direita, têm como fundamento a crise capitalista em âmbito mundial. Essa crise repercute no Brasil, em todas as dimensões sociais, desestabilizando as antigas certezas e abrindo caminhos para as mais diversas expressões de irracionalismos no campo cultural e o aprofundamento, conforme analisava Marx (1987), da concentração e centralização dos capitais no âmbito econômico.

A crise encontra guarida também, no complexo processo de transformações tecnológicas em curso, denominado de 'Indústria 4.0' ou 'Quarta Revolução Tecnológica', que já alcança os setores da indústria, do comércio, do transporte, da comunicação e os serviços. Ao mudar a relação entre patrões e trabalhadores, tal processo revoluciona profundamente a divisão técnica do trabalho; alavanca a automação, o crescimento do trabalho digital, on-line e intermitente dos últimos anos; elimina vagas e força a terceirização ampliada sem nenhuma proteção social; esse processo constitui, para Antunes (2018) uma nova morfologia do trabalho e possui como consequência para a classe trabalhadora a redução de empregos, o aumento da instabilidade, a obsolescência de áreas de trabalho consolidadas, entre outras. Ante a tal processo, o conflito social tende a ser acirrado, o que explica a violência e da repressão do Estado contra os trabalhadores, e a ascensão de partidos e movimentos de extrema direita buscando a hegemonia diante da crise.

Considerando o exposto na próxima seção, trataremos especificamente das tendências (novas e nem tão novas assim) para a educação superior em tempos de avanço do conservadorismo e da extrema direita no Brasil.

CONSERVADORISMO, AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E EDUCAÇÃO SUPERIOR: NOVIDADES E CONTINUIDADES

A educação tem sido um dos focos dos cortes orçamentários e objeto de ataques ideológicos, desde o impedimento/golpe da Presidenta Dilma Roussef (2010-2016) e aprofundados com Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atual).

Não por acaso, a estratégia de ataque às universidades públicas está pautada na ideia de 'universidade como espaço oneroso e de desvirtuamento aos bons costumes', ao mesmo tempo em que é apresentado o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - *FUTURE-SE*, que em suas diferentes versões conserva o essencial no texto enviado ao Congresso Nacional pelo executivo, em 27 de maio de 2020.

A solução com o Future-se se apresenta na relação com o setor privado induzindo o desenvolvimento de áreas estratégicas a partir da lógica da inovação e da produção

tecnocientífica, bem como o tensionamento para a reorganização das condições de trabalho dos professores e outros servidores. (SILVA JUNIOR, 2019)

Apesar da especificidade do projeto atual para a educação superior, é preciso considerar o fio histórico que nos trouxe até aqui, pois, nem tudo é novidade. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a literatura especializada vem indicando que os movimentos dos grupos empresariais e agora de extrema direita se concentraram no empenho em controlar os avanços sociais da mesma. Como resultado do controle implementaram um esforço de redução do Estado no campo dos direitos sociais e a ampliação dos processos legais que favoreceram a concentração e centralização dos capitais.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) em dois mandatos conseguiu inserir na pauta os princípios do neoliberalismo, tendo como eixo as reformas do Estado. No campo da educação superior os dados demonstram um crescimento de mais de 20% de empresas e fundações que passam a atuar no setor, marcando um processo de diferença substancial entre os 11% de IES públicas e as 89% de IES privadas, com a cobertura de 25 e 75% das matrículas respectivamente. Para além disso, “tal Reforma iniciou o processo de “americanização” da universidade pública do Brasil e o Programa FUTURE-SE tenta consolidar este transcurso duas décadas depois” (SILVA JÚNIOR, 2019, p.11)¹⁰.

Ao longo dos governos Luis Inácio Lula da Silva (2002-2009) e Dilma Rouseff (2010-2016) foram aprofundados os subsídios ao setor privado via transferências ao Sistema S, ou por meio de políticas como Crédito Educativo (FIES)¹¹ e concessão de bolsas como Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Lei 10.891/2004). Essas políticas sustentaram a crise do setor privado ao longo dos últimos 14 anos e consolidaram uma prática de subsídios que em alguns casos colaborou com o crescimento de mega empresas de educação como foi o caso da Kroton¹².

Outras modificações no âmbito da concepção da ciência tecnologia foram aprovadas, tais como Lei 11.973, em 2004, que deve ser lida juntamente com a Lei 11.196 de 2005, cuja especificidade regulamentam a produção de tecnologia e inovação buscando as parcerias entre universidades e empresas, mediadas por verbas públicas. Essas legislações também incentivaram a criação das Instituições de Ciências e Tecnologias (ICTs) buscando fazer os arranjos legais das relações do setor público com o privado. O eixo de aprofundamento das relações das universidades com os setores privados é retomado na Lei n. 13.243/2016 que cria o *Novo Marco Legal da Ciência e Tecnologia*.

Vemos pois que a condução das políticas de gestão em perspectiva de Estado mínimo, desde FHC (1995-2002) também encontraram certo respaldo nos governos de coalisão de classe de Lula e Dilma (2003-2016), especialmente pela continuidade do setor financeiro como controlador do crédito, a gestão da dívida pública em função do

mercado e a manutenção dos fundamentos da economia liberal, quais sejam: metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante (Cf. FATTORELI, 2018a).

Com a edição da Emenda Constitucional n. 95 (EC 95/2016), durante o Governo de Michel Temer (2016 -2018) afirma-se um dos mais profundos ataques ao sistema de orçamentos primários, e à Constituição Federal de 1988, cuja capacidade destrutiva da malha pública não é ainda totalmente mensurável.

A Emenda Constitucional n. 95/2016

A Promulgação desta (EC 95/2016) trouxe a justificativa de que era necessário impor restrição orçamentária aos investimentos primários pelo alto crescimento da dívida pública e, por conseguinte, equilibrar a economia do país. Segundo esses argumentos a dívida pública já em 70% do PIB poderia ser contida com a Emenda e também os juros poderiam ser reduzidos, resultado em crescimento econômico (cf. MEIRELLES E OLIVEIRA, 2017). A Emenda foi justificada pela ideologia do “ajuste fiscal” e prevê o controle dos investimentos no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por 20 exercícios, ou seja, até 2036.

Por meio dela o investimento previsto pela União de 18%, de acordo com o Art. 212 da CF em educação, teve sua referência alterada ou seja, não existindo mais as garantias de investimentos previstas constitucionalmente, ocorrendo da mesma forma com os 25% previstos pelos Estados e Municípios. Dados indicam que com a entrada em vigor desta medida, em 2018, 20% do orçamento foi reduzido no âmbito da educação, correspondendo a 15 bilhões a menos. Outros impactos como a execução do planejamento da educação representado pelo Plano Nacional de Educação/2014 (PNE 2014-2024) já se faziam observáveis no ano de 2016 ainda no Governo de Dilma Rousseff e se mantiveram impraticáveis até o presente momento.

Com a votação da EC 95/2016, cf. Mariano (2017) foram inseridas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs) vários dispositivos que implementam um novo regime fiscal. Pelo Art. 102 os ADCTs em cada exercício será definido o montante total das despesas primárias considerando para isso o pagamento dos juros da Dívida Pública como um dos critérios. Este artigo, no §3º, inciso II, veda também qualquer acréscimo adicional às despesas primárias para além do estabelecido pelo exercício do ano imediatamente anterior mais o IPCA, o que impede qualquer possibilidade de ampliação orçamentária. A excessão se aplica apenas para as “empresas não dependentes”, cuja natureza favorecem novamente as relações com o sistema financeiro, conforme Fattorelli (2018b).

Portanto, mesmo que a economia cresça, não haverá novos aportes orçamentários primários. Com isso ficam comprometidos todos avanços técnicos, tecnológicos e de pessoal em todo âmbito dos órgãos e pessoas administradas. Todo o serviço público que

envolve orçamento primário está submetido a partir desta EC não podendo ser desrespeitada, a custo de sanções legais.

A baliza para as decisões de investimentos é sustentada na perspectiva do *superávit* fiscal que funciona como um fetiche somado ao controle da inflação e do câmbio flutuante. Os investimentos do PIB em gastos públicos do Brasil, em torno de 13%, estão bem abaixo de países capitalistas do eixo-norte, que chegam a mais de 50% como é o caso da Alemanha (IPEA, 2011). A economia brasileira, subserviente aos interesses do capital, com a ideologia do estado mínimo, se configura como estado máximo via mecanismos da dívida pública aos investidores do mercado financeiro.

Não bastasse um sistema tributário reconhecidamente injusto, que recai sobre o consumo e a população assalariada (IPEA, 2015), a EC 95/2016 agravará as condições de atendimentos em serviços fundamentais, aprofundando as diferenças sociais, o abandono, o sofrimento e a redução da longevidade dos mais pobres. No caso da educação superior, os orçamentos veem sofrendo severos contingenciamentos, obrigando as IES a trabalhar com o patamar mínimo.

Scaff, Oliviera e Lima (2018) indicam no que EC 95/2016 coloca em questão também a fragilidade da democracia e de como numa condição de instabilidade ao longo da história impediu que um Planejamento da Educação duradouro e consistente pudesse prosperar. As metas da Educação Superior estão todas comprometidas com a promulgação desta EC, juntamente com qualquer avanço na área da educação.

Os efeitos negativos desta EC 95/2016 chamaram a atenção de organismos internacionais como a ONU (2018), considerando os riscos para a execução dos acordos internacionais entre as nações nos campos da saúde, educação, sanitárias, pobreza dentre outras. Trata-se de um alerta da ONU como expressão do pensamento hegemônico global de que o sistema necessita de um mínimo de equilíbrio/equidade para evitar as crises.

A oposição mercado x Estado tem se colocado como um mecanismo de controle e de ruptura como foi o caso do impedimento/golpe da ex-presidente Dilma Roussef, considerando que o “mercado”, sendo a normalidade e o símbolo da moralidade, deve se impor ao Estado, que é sinônimo de corrupção e de emperramento da dinâmica privada. Trata-se uma elaboração ideológica do pensamento liberal que funciona como mecanismo de produção de senso comum ao conceber o Estado como centralizador e opressor do setor privado. Gramsci a qualificava de concepção economicista defendida por correntes liberais da qual foi crítico:

“[...] especula-se inconscientemente (por um erro teórico dos quais não é difícil identificar os sofismas) sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil e afirma-se que a atividade econômica é adequada à sociedade civil e a sociedade política não deve intervir em sua regulamentação. Mas, na realidade, essa distinção é puramente metódica, na vida histórica orgânica e concreta, a sociedade política e a sociedade civil são a mesma coisa. (GRAMSCI, 1975, Q 4, § 38, p. 460).

Esta distinção entre sociedade política da sociedade civil cria uma falsa oposição entre o aparelho burocrático e as forças privadas fortalecendo a ideologia liberal que indica o setor privado como a sociedade civil, sendo a esfera da “liberdade”.

O Projeto FUTURE-SE como a expressão do ultraneoliberalismo na educação superior

Outra medida do Executivo que abriu um longo debate sobre o ensino superior foi o Future-se. No aspecto geral, o Programa propõe autonomia para captação de recursos financeiros pela execução de projetos de pesquisa e inovação pelas Instituições Federais de Educação Superior - IFES, a partir da celebração de contratos de gestão entre estas e Organizações Sociais - OS e/ou Fundações, ambas de direito privado. Estas seriam responsáveis pela gestão dos recursos captados para a pesquisa/inovação, bem como atuariam na gestão administrativa, pedagógica, científica, patrimonial, de internacionalização e de recursos humanos das IFES.

As controvertidas versões do Future-se falam da garantia do orçamento previsto no Art. 221 da CF e 55 da LDB (mas não tocam na EC 95/2016, tampouco na Desvinculação das Receitas da União (DRU). Conclui-se disso que a finalidade do projeto, em última instância, é a retirada do orçamento público, sua pretensa substituição por investimentos privados, e a implementação dos mecanismos de mercado em todo o sistema da educação superior federal.

O Future-se propõe a reestruturação completa do ensino superior com poucos vínculos com o que se tem previsto na normatização atual, ou nos termos de Leher (2019) uma “refuncionalização das universidades”. Por isso as dúvidas dos especialistas, reitores, ex-reitores e ex-ministros da educação sobre a exequibilidade da proposta, uma vez que mais de 24 Leis deverão ser modificadas incluindo a Constituição Federal (CF/1988) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996). A dúvida paira também sobre um conjunto de regulamentações que serão posteriores a aprovação do Programa, tais como os Fundos Soberano e Patrimonial com os riscos iminentes da deterioração das instituições públicas tanto em termos de sua autonomia de gestão de bens e finanças, quanto didático-pedagógica.

Em Artigo intitulado: “*O Future-se no beco sem saída do capitalismo contemporâneo*” Flávio Miranda (2019, Arquivo digital) encontramos a seguinte afirmativa que contempla nossa perspectiva de análise:

O “Future-se” pretende entregar o que sobrou dos fundos públicos destinados às Universidades Federais à iniciativa privada, entregar o patrimônio físico das Universidades Federais ao mercado financeiro,

destruir qualquer possibilidade de produção do conhecimento desvinculada dos interesses diretos do capital.

Nesse sentido, importa frisar que o Programa indica uma visão estratégica e de conjunto das IFES tendo seus problemas financeiros resolvidos de modo individual, centrados na Pós-Graduação. O papel das IFES na Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é reduzido à produção em parceria com a indústria – produção de “conhecimento matéria-prima”, com aumento estratégico de investimento em áreas com potencialidade de inovação.

Observamos que a universidade apresentada pelo Future-se, emula um modelo de Universidade chamada de Classe Mundial (UCM) em uma ordem de ‘segundo tipo’. Tal modelo vem sendo largamente difundido nas últimas décadas por Organismos e Agências Internacionais (OIs e AIs) dentre os quais destacamos o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Thiengo (2018) busca explicitar como esta nova concepção vem ganhando força em vários países, grupos e blocos, embora haja convergência por parte dos OIs no entendimento de que nem todos os países atingirão o *status* de classe mundial, incluindo-se nessa impossibilidade as instituições de educação superior brasileiras.

O modelo difunde a ‘Ideologia da Excelência’, que vem sendo incorporada por governos, instituições, docentes e discentes, redimensionando a concepção e as finalidades da instituição universitária. Os documentos que apresentam a UCM (SALMI, 2009; SADLAK e CAI, 2009; ALTBACH e SALMI, 2011) – assim como o Future-se, reforçam o discurso da ineficácia do público e o caráter oneroso das universidades para os cofres públicos.

Outro exemplo da emulação do modelo de UCM via Future-se é a própria questão da autonomia. A estabilidade da carreira e a falta de liberdade das instituições no âmbito da gestão são consideradas características que comprometem o alcance do *status* de UCM. Significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição com vistas ao atendimento de metas e indicadores impostos por contratos de gestão na perspectiva do mercado.

Não menos importante, assim como nas versões do Future-se, a argumentação sustentada pelos OIs sobre as UCM está fundamentada na noção de que as universidades são convocadas a responder cada vez mais rapidamente às demandas do setor produtivo e, preconiza-se o dever de fazê-lo por meio do financiamento em pesquisas em áreas estratégicas e de parcerias com o setor privado. Assim, segundo os defensores do modelo, a necessidade de inovações para o aumento da competitividade dos países é fundamental para as UCM, pois estas “ocupam um lugar especial na cadeia de inovação” e se tornam cada vez mais pontos focais de financiamento específico, “cujo alcance real não é suporte da pesquisa acadêmica por si, mas serve de catalisador para a

geração de inovações técnicas” (SADLAK; CAI, 2009, p. 15), condizentes com a Quarta Revolução Industrial, acima citada.

Apesar de a implementação do *Future-se* não ter sido (ainda) realizada, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) têm avançado contra as ciências humanas e as básicas reduzindo mecanismos de financiamento de pesquisas na área. As Portarias nº 1.122 e 1.329, do MCTI dos dias 24 e 27 de março de 2020, respectivamente, excluíram ambas das prioridades de projetos de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até 2023. Sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq 2020-2021, lançado em abril, alocam as ciências humanas como parte de pesquisas em áreas tecnológicas prioritárias definidas por estas Portarias¹³.

Não bastasse o exposto, em levantamento de previsões legais na Câmara e no Senado Federal pudemos observar que a agenda ultraneoliberal está avançando, lideradas agora pelos Projetos de Emenda Constitucional n. 186, 187 e 188, que em avançando terão efeitos desestruturantes em todo o orçamento primário.

O que é possível concluir, portanto, a partir dos dados apresentados e sua relação com a ascensão do bolsonarismo? A primeira constatação é de que a agenda da extrema direita no campo econômico é de aprofundamento da privatização, redução das instituições públicas, com destaque ao setor da educação, dentre outras. Constata-se portanto, o esforço pelo afastamento do Estado de todas as dimensões sociais, que contemplem grupos e organizações considerados desnecessários, impertinentes e “impuros”. A agenda em curso se soma com a agenda internacional localizando o Brasil entre os países que não estariam no eixo central das produções de inovações, mas executando uma economia de subserviência tendo na liderança os EUA.

ITEM CONCLUSIVO

Ao longo desta pesquisa buscamos refletir sobre o avanço das direitas, fundamentadas pelo ideário conservador e suas expressões para educação superior brasileira a partir da análise de conjunto de ações, legislações e também discursos que visam refuncionalizar as universidades federais.

Importa frisar que a análise de um movimento em caráter processual impõe muitos desafios metodológicos e também limites analíticos no que se refere à produção de uma síntese e indicação de tendências. Ao considerar esses limitantes, definimos este texto como um esforço teórico-analítico que busca somar às tentativas de compreensão deste momento histórico, o que justifica, inclusive, nossa opção em trazer, em um primeiro tópico do texto, um resgate da própria compreensão de direita e as bases fundamentais do conservadorismo. Essa entrada teórica permitiu estabelecer relações com o encaminhamento das políticas para educação superior nos últimos anos, bem como

contribui para apensá-las em um conjunto maior de ações orquestradas pelo governo federal, que envolve a produção de um consenso desestruturando da ‘ideia de universidade’, ao menos do modo como a conhecemos.

Como vimos, as políticas para a educação superior seguem um método encomendado pelas exigências do mercado, oriunda de uma situação de enorme ofensiva do capital, o que vem ocorrendo progressivamente desde a década de 1990. Todavia, com os elementos que temos até o momento podemos afirmar que as medidas das gestões Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-atual) têm um impacto efetivamente mais danoso tanto sobre a malha universitária quanto sobre as condições de vida da população trabalhadora.

Não se trata, pois, de outro sistema econômico de acumulação, mas sim, da sua reestruturação face à crise: ampliação das taxas de lucros, “revigorando os fundamentos do capitalismo dependente”. Como assinala Leher (2020, p. 110) “o divisor de águas foi duplo e interligado: o golpe de 2016 e a Emenda Constitucional no 95/2016.”

São características centrais do ultraneoliberalismo: exacerbação da lógica da competitividade e concorrência; concepção de saber como mercadoria e a inovação como estratégia de tornar mais rápido o processo de transferência de tecnologia para o mercado e o entendimento das instituições de educação superior e pesquisa como empresas.

Também são características do ultraneoliberalismo o antiintelectualismo e antimarxismo, a partir da caracterização da ciência como uma grande narrativa. Essa lógica irracionalista serve, outra vez, para promover o confronto em relação à função das universidades, uma vez que o estrato conservador governista “acredita mesmo existir um plano conspirador no mundo que tem o objetivo de destruir a cultura judaico-cristã ocidental e que esse plano se irradia especialmente a partir das universidades, no Brasil, das universidades federais” (GIOLO, 2020, p. 30).

Lembremos, pois, que o pensamento conservador encontra condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social juntamente ao irracionalismo e, nesta conjuntura, como mostramos ao longo do artigo, vem dando sustentação teórico-ideológico para esta ofensiva da extrema direita, que avança sobre as políticas de educação superior. Assim como afirma Giolo (2020, p. 32): “As Ifes são instituições modernas, mas o conservadorismo só aceita da modernidade o seu progresso técnico e, por isso, combate, nelas, tudo o que não se conecta diretamente com o mundo dos negócios.”

Considerando o exposto até aqui, podemos afirmar que o conjunto de políticas propostas nos últimos anos avançam de forma radical no projeto de reordenamento das IFES. Todavia, não se trata ‘apenas’ da tentativa de enxugamento orçamentário das universidades federais, mas também expressa a ambição pelo controle ideológico destas instituições. Esta ofensiva do capital é fundamentada pelo ideário conservador e ganha eco com a expansão das direitas e, especialmente da extrema direita no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P; SALMI, J. **El camino hacia la excelencia académica: La constitución de Universidades de Investigación de Rango Mundial**. Tradução para o espanhol: Ediciones Gondo e Banco Mundial. Washington, EUA: Banco Mundial, 2011.

ALVES, Gabriel. Professores de direita do país querem se unir em associação. **Folha de São Paulo**, Seção Ciência, 03 de julho de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/professores-de-direita-do-pais-querem-se-unir-em-associao.shtml> Acessado em 10 de outubro de 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço da era digital**. São Paulo, Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Raquel Dias; SOBRAL, Karine Martins; AYRES, Natália. O conservadorismo e seus rebatimentos na educação brasileira. **Marx e o Marxismo**. vol. 6, n.10, jan/jun2018.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não Passarão! Ofensiva neoconservador e Serviço Social**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 124, São Paulo, Dez, 2015. p. 623-636.

CEPÊDA, Vera Alves. **A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>. Acessado em, 15 de 10 de 2018.

FATTORELLI, M Lucia, GOMES, José Menezes. “Securitização de créditos”: desvio de arrecadação e geração de dívida pública ilegal. **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 4, n. 7, p. 165-199, Jul./dez. 2018a, p. 165-199.

_____, Maria Lucia. **Explicação sobre o gráfico do orçamento elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/explicacao-sobre-o-grafico-do-orcamento-elaborado-pela-auditoria-cidada-da-divida/> Acessado em 18 de fevereiro de 2018b.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita, e a agenda da diversidade sexual no Brasil contemporâneo**. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.20 n.36, p.166-178, jan./jun. 2016, p. 166-178. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/7536/Conservadorismo,%20fortalecimento%20da%20extrema-direita%20e%20a%20agenda%20da%20diversidade%20sexual%20e%20de%20g%C3%A9nero%20no%20Brasil%20contempor%C3%A2neo%20E2%80%93Guilherme%20Ferreira.pdf> Acessado em 13 de maio de 2020.

GIOLO, J. **O future-se sem futuro**. In: GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. - São Carlos, SP : Diagrama Editorial, 2020. Pp 15-101 Disponível em: <<https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/>> Acesso em 28 jun. 2020

_____, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. - São Carlos, SP : Diagrama Editorial, 2020. Disponível em: Disponível em : <<https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/>> Acesso em 28 jun. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione crítica dell' Instituto Gramsci a cura de Valentino Gerratana, Torino: Einaudi, 1975. Edizione Eletronica a cura dell' Internacional Gramsci Society.

IASI, Mauro (2015). **De onde vem o conservadorismo?** Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/> Acessado em 13 de maio de 2020.

IPEA. **Nota 110. Ocupação no setor público brasileiro: tendências recentes e questões em aberto**. 2011. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110908_comunicadoipea110.pdf. Acessado em 15 de novembro de 2019.

KALTWASSER, C. Rovira. A América Latina está enfrentando uma onda de populismo de direita? 23 de out. de 2018, **Project Syndicate**, The Word's opinion page. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/brazil-populism-election-bolsonaro-by-cristobal-rovira-kaltwasser-2018-10?barrier=accesspaylog> Acessado em 13 de maio de 2020.

_____. Qual o alcance da onda da extrema direita. Entrevista concedida a João Paulo Charleaux. 20 de out. de 2019. **Jornal Nexo**. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/10/20/Qual-o-alcance-da-onda-de-extrema-direita-segundo-este-autor>. Acessado em 14 de maio de 2020.

LEHER, R. **Análise preliminar do “Future-se” indica a refuncionalização das universidades e institutos federais**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2019/07/sobre-o-future-se-notas-prelimrleher-24-07pdf.pdf> Acessado em 24 de setembro de 2019.

_____. **Guerra cultural e universidade pública o future-se é parte da estratégia de silenciamento**. In: GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao

mercado. - São Carlos, SP : Diagrama Editorial, 2020, p. 107-147 Disponível em :
<<https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/>> Acesso em 28 jun. 2020

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. México: Siglo XXI, v. 1 e 2, 1987.

MIRANDA, Flávio. **O “Future-se” no beco sem saída do capitalismo contemporâneo**. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/09/05/o-future-se-no-beco-sem-saida-do-capitalismo-contemporaneo/> Acessado em 18 de outubro de 2019.

ROMANO, Roberto. **Raízes medievais da extrema-direita**. 19/08/2019. Disponível em: https://declaracao1948.com.br/2019/08/19/raizes-da-extrema-direita/?gclid=Cj0KCOjwz4z3BRCgARIsAES_OVcsrEJmKAgg10HGeMhAYJKuUT6zRgLYm6BpR2F2ZHeduLNdhm_xmCiaAia9EALw_wcB. Acessado em 12 de dezembro de 2019.

SADER, E. **O anjo torto: Esquerda e Direita no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SADLAK, J.; CAI, L. N. (Editores). **The World-Class University as Part of a New Higher Education Paradigm: From Institutional Qualities to Systemic Excellence**. Bucharest, Romênia: UNESCO Cepes, 2009.

SALMI, J. **El desafío de crear universidades de rango mundial**. Colômbia: Mayol (BM), 2009.

SANTIAGO, Abinoan. Onda de “direita” avança nas universidades brasileiras. **Gazeta do Povo**, 04 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/onda-de-direita-avanca-nas-universidades-brasileiras/> Acessado em 10 de outubro de 2019.

THIENGO, L. C., & BIANCHETTI, L. (2018). Universidades de classe mundial e a ideologia da excelência: tendências globais e locais. **Educação em Perspectiva**, 9(2), 241-258.

NOTAS

1 Docente da Universidade Federal de Viçosa. Atua na graduação e pós-graduação em educação. Pesquisador da área de educação, conhecimento e pensamento gramsciano. Email: cezar.demari@ufv.br

2 Docente da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Atua na área de educação e licenciaturas. Pesquisadora na área de educação. Email: laracarlette@gmail.com

© Rev. Práxis e Heg Popular	Marília, SP	v.1	n.6	p. 57-75	Jul /2020	eISSN 2526-1843
-----------------------------	-------------	-----	-----	----------	-----------	-----------------

3 Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua na graduação e pós-graduação em educação. Estuda o fenômeno educacional e educação profissional, coordena o Grupo de Pesquisa Universitatis da FAE. Email: sdgmu2@gmail.com

4 Parte do artigo que trata da educação superior foi resultado de pesquisa de Pós-Doutorado realizado na Faculdade de Educação -FAE/UFMG, no ano de 2019. Orientadora, Profa. Savana Diniz Gomes Melo. Orientando, Cezar Luiz De Mari. A pesquisa também contou com apoio de bolsa de estudos do Programa Nacional de Pós-Doutorado/Capes (PNPD/CAPES).

5 Todas as citações de Gramsci foram retiradas do *Quaderni del carcere, Edizione critica dell' Instituto Gramsci, a Cura d Valentino Gerratana, Torino Einaudi, 1975 (edizione eletrônica a cura da International Gramsci Society).*

6 O Programa foi lançado pelo Ministro da Educação, em 17 de julho de 2019 para a primeira consulta pública que deveria se encerrar em 15 de agosto do mesmo ano. Uma segunda consulta, forçada pelo MPF foi aberta em 29 de novembro 2019, encerrando em 15 de dezembro deste mesmo ano. Uma terceira versão foi encaminhada para consulta pública após 15 de dezembro de 2019 com encerramento em 24 de janeiro de 2020. Uma quarta e atual versão do PL foi enviada em 27 de maio de 2020 para a Câmara dos Deputados, mantendo as ideias centrais dos projetos anteriores.

7 Para Araújo, Sobral e Ayres (2019), no Brasil, a matriz ideológica do conservadorismo se assenta no pensamento de Edmund Burke (p. 86)

8 Em uma de suas últimas manifestações, em carta de 05/06/2020, veiculada nos meios digitais consta o apoio incondicional ao agora ex Ministro da Educação Abraham Weintraub. Mesmo depois de colecionar uma conjunto de “impropérios” contra tudo que imagina ser de “esquerda”, ao reduzir o MEC a uma trincheira ideológica sem qualquer planejamento, e se tornar peça de descarte por conta dos novos arranjos do governo com o políticos abrigados no centrão, o Grupo DPL manteve seu apoio.

9 Diversos relatos dos movimentos negros e demais minorias organizadas no interior de instituições de ensino superior, descrevem os ataques que sofrem por grupos que intitulam nazistas tendo como pauta a negação das cotas raciais, do comunismo e do serviço público. Nesse período também têm sido mais comuns pichações, panfletos e outras manifestações em espaços universitários com expressões racistas e de ameaças às minorias.

10 O sentido mais amplo da americanização posta por Silva Junior é em relação ao modelo de educação superior praticado nos EUA com direcionamento em T&I, articuladas pela tríade Estado – Universidade – Indústria.

11 Criado em 1975 no governo de Ernesto Geisel, institucionalizado em 1992 pela Lei 8.436 e remodelado em 1997 pelo Decreto 1.827, de Fernando Henrique Cardoso.

12 A Kroton reúne sobre essa designação conglomerado de mais de oito empresas de prestação de serviços de educação superior. No ano de 2019 criou uma *holding* designada por *Cogna Educação* que também indica o novo nome do conglomerado. Dividiu-se em quatro empresas conforme atuação no segmento da educação dispondo serviços do ensino básico ao superior: Kroton, Saber, Vasta Educação, Platos. Funciona como um negócio educacional, tendo ações na bolsa de valores, gestão de empresa e foco no crescimento dos lucros, foco nos resultados relativos crescimento e desenvolvimento da empresa.

13 **Tecnologias Estratégicas**, nos seguintes setores: Espacial; Nuclear; Cibernética; e Segurança Pública e de Fronteira. **Tecnologias Habilitadoras**, nos seguintes setores: Inteligência Artificial; Internet das Coisas; Materiais Avançados; Biotecnologia; e Nanotecnologia. **Tecnologias de Produção**, nos seguintes setores:

Indústria; Agronegócio; Comunicações; Infraestrutura; e Serviços. **Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável**, nos seguintes setores: Cidades Inteligentes; Energias Renováveis; Bioeconomia; Tratamento e Reciclagem de Resíduos Sólidos; Tratamento de Poluição; Monitoramento, prevenção e recuperação de desastres naturais e ambientais; e Preservação Ambiental. **Tecnologias para Qualidade de Vida**, nos seguintes setores: Saúde; Saneamento Básico; Segurança Hídrica; e Tecnologias Assistivas.

14 De 104 para 73 mil bolsas em 2020, cf. dados da CAPES (2020).

Recebido em 12 de maio de 2020

Aceito em 18 de junho de 2020

Editado em julho de 2020